



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
Brasil

Diez, Juan

Os múltiplos processos de construção da autonomia do movimento zapatista  
Ciências Sociais Unisinos, vol. 48, núm. 3, septiembre-diciembre, 2012, pp. 215-224  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93824899004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# Os múltiplos processos de construção da autonomia do movimento zapatista

## The multiple autonomy building processes of the Zapatista movement

Juan Diez<sup>1</sup>  
juand@sociales.uba.ar

### Resumo

*Ao longo dos anos de luta, o movimento zapatista não apenas conseguiu colocar a questão da autonomia no centro do debate político, mas os processos de construção da autonomia também foram se constituindo na pedra angular de seu projeto político e sua própria dinâmica. Este artigo analisa os processos autonômicos indígenas nas comunidades de Chiapas desencadeados pela revolta zapatista assim como a discussão mais ampla sobre a autonomia em relação ao estado e aos partidos políticos. Ambos os processos são abordados a partir da perspectiva do movimento zapatista como um todo, tendo em conta não só o Exército Zapatista de Libertação Nacional, mas também as comunidades indígenas e uma multiplicidade de organizações, grupos e indivíduos que lutam junto com os zapatistas no México. Assim, procura-se pôr a ênfase na necessária articulação e interação desses processos e dos diferentes atores envolvidos, evitando vê-los como fenômenos isolados.*

**Palavras-chave:** processos autonômicos, movimento zapatista, comunidades indígenas, outra campanha.

### Abstract

*Over years of struggle, the Zapatista movement not only managed to place the issue of autonomy at the center of political debate, particularly in relation to indigenous people, but at the same time the processes of autonomy building have become the cornerstone of its political project and its own dynamics. This article analyzes the autonomous indigenous processes that are taking place in the communities in Chiapas since the Zapatista uprising, as well as a broader discussion on autonomy from the state and political parties that was encouraged by the Zapatistas from the very beginning. Both processes are addressed from the perspective of the Zapatista movement as a whole, taking into account not only the Zapatista Army of National Liberation, but also indigenous communities and many organizations, groups, and individuals who fight alongside the Zapatistas in Mexico. Thus, the emphasis is on the necessary coordination and interaction of these processes and the different actors involved, avoiding analyzing them as isolated phenomena.*

**Key words:** autonomous processes, Zapatista movement, indigenous communities, Other Campaign.

<sup>1</sup> Mestre em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Nacional de San Martín e doutorando em Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires. Pesquisador do Instituto de Estudos da América Latina e do Caribe-UBA e do GT CLACSO: "Anticapitalismos & Sociabilidades Emergentes". Instituto de Estudos da América Latina e do Caribe-UBA. Marcelo T. de Alvear, 2230, C1122AAJ, Buenos Aires, Argentina.

O movimento zapatista não apenas pôs a questão da autonomia no centro do debate político, particularmente em relação aos povos indígenas, mas a mesma foi se constituindo na pedra angular de seu projeto político e de sua própria dinâmica. O problema não se reduziu aos processos autonômicos indígenas, mas foi enquadrado em uma discussão mais ampla sobre a autonomia em relação ao Estado e aos partidos políticos, e sobre a autonomia em geral.

No marco deste trabalho, entende-se por processo autonômico aquele que aponta para a construção de um coletivo que se rege de acordo a decisões, regras e formas de funcionamento definidas pelo próprio coletivo e para ele (Adamovsky, 2009). Essa construção requer processos e arranjos que possam ser revisados e questionados constantemente com vistas a ir transformando qualquer relação de dependência e subordinação que limite as próprias ações. Como se procura propor neste texto, a construção de autonomia não significa ausência total de ligações com outros – por outro lado, impossível já que somos seres sociais –, mas estabelecer outras que tendam a não (re)produzir as relações de poder e subordinação.

É também proveitoso nos aproximar da questão a partir da análise do movimento zapatista e não apenas do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). A própria dinâmica do processo de construção do EZLN levou a se entrelaçar, durante os primeiros anos, com uma série de redes e lideranças nas comunidades indígenas em Chiapas e, depois do levante de 1994, com um amplo grupo de organizações políticas e sociais, intelectuais e pessoas que se sentiram interpeladas pelo EZLN. A partir da interseção e interação destes três grupos – EZLN, comunidades indígenas e múltiplos atores sociopolíticos mexicanos<sup>2</sup> – é que o movimento zapatista foi se formando como uma rede política em movimento (Leyva, 1999; Leyva e Sonnleitner, 2000)<sup>3</sup>. Nela, o EZLN ocupa uma posição central, mas o movimento em seu conjunto o desborda. Por sua vez, a partir do contato com as diversas organizações e pessoas, com suas lutas e demandas particulares, as iniciativas e os discursos zapatistas são interpretados e ressignificados, transformados e enriquecidos (Bellinghausen, 2005). Por isso, o movimento zapatista não pode ser visto como um bloco homogêneo e monolítico, mas como uma articulação complexa, com tensões e contradições, em movimento e reconfiguração contínuo, sendo precisamente este elemento dinâmico uma das senhas distintivas do zapatismo.

A opção por abordar o movimento zapatista em seu conjunto, e não apenas o EZLN, pretende evitar cair em uma análise – por certo bastante frequente – que se reduz a repetir o que a organização diz de si mesma (De la Rosa, 2006). Boa parte dos estudos sobre o zapatismo centra-se no EZLN e na sua produção

discursiva, deixando de lado uma multiplicidade de outros atores, dimensões, práticas e ações que permitem compreender mais adequadamente toda a riqueza e complexidade do zapatismo.

Em particular, no tocante às reflexões deste trabalho, pensar os processos de construção de autonomia a partir do movimento zapatista permite acentuar a necessária articulação e interação desses processos, e não vê-los como fenômenos isolados. Abre-se, assim, a possibilidade de pôr em perspectiva os diferentes processos e que eles se potenciem reciprocamente. Mas, ao mesmo tempo, também possibilita ver as margens de autonomia entre os diferentes grupos que formam o movimento.

O presente texto não pretende realizar uma análise detalhada dos processos de construção de autonomia, mas apresentar algumas reflexões a partir da leitura de livros, artigos e textos escritos pelo próprio EZLN<sup>4</sup>, analistas políticos, acadêmicos e militantes sobre o movimento zapatista, bem como do trabalho de campo – entrevistas e observação participante – que realizei no México durante o mês de setembro de 2007.

## Os processos autonômicos nas comunidades zapatistas

Vários analistas assinalam que a questão da autonomia indígena não estava tematizada nos primeiros documentos zapatistas nem se encontrava entre suas demandas no momento do levante de 1994 (Leyva e Sonnleitner, 2000; Hernández *et al.*, 2002; van der Haar, 2005). Embora desde o princípio o EZLN tenha exposto as condições de marginalização, pobreza e discriminação em que viviam os indígenas no México, foi ao longo dos meses que os zapatistas foram propondo mais claramente demandas indígenas e precisando seu projeto autonômico. No entanto, estas mudanças não devem ser vistas como um simples produto do oportunismo político ou da “ductilidade de Marcos para modificar a imagem do EZLN” (Pitarch, 1998, p. 8). Dois elementos deveriam ser levantes em conta. Por um lado, a pouca ênfase nas demandas indígenas se deu pela decisão tomada pelas próprias comunidades zapatistas nas discussões anteriores ao levante, onde delinearam o horizonte do movimento ao propor que se tinha que dar um caráter nacional à luta para evitar que o conflito se circunscrevesse a uma questão local ou étnica. E, por outro lado, a própria dinâmica do movimento zapatista, ao entrar em contato com outros atores e redes, faz certos temas adquirirem maior relevância, se redefinirem e irem se transformando e transformando, por sua vez, o próprio movimento.

Antes de abordar o processo autonômico nas comunidades zapatistas, conviria fazer alguns esclarecimentos ou

<sup>2</sup> No presente trabalho, focalizamos o que Rovira (2005) denomina o *zapatismo civil ampliado mexicano*, deixando de lado as redes de solidariedade internacional e os atores multinacionais. Para o estudo da dimensão internacional do movimento zapatista veja-se Rovira (2009).

<sup>3</sup> Outros autores que empregam noções similares para entender o movimento zapatista são Le Bot (1997), Rovira (2005), de la Rosa (2006) e Martínez Espinoza (2007). Para uma análise mais detalhada da conformação e dinâmica interna do movimento zapatista veja-se Diez (2011).

<sup>4</sup> Todos os documentos do EZLN citados e consultados para a elaboração deste trabalho estão disponíveis no site Enlace Zapatista (s.d.).

precisões. Primeiro, as autonomias indígenas não são modelos estabelecidos, mas as diferentes propostas e suas experiências concretas se nutriram de múltiplos antecedentes históricos, ao mesmo tempo em que vêm se constituindo e se modificando ao longo dos anos. Então, mais que falar de autonomia, convém referir-se ao processo de construção de autonomia ou processo autonômico, enfatizando seu caráter dinâmico. Por sua vez, as diferenças regionais, étnicas, culturais, históricas, políticas, religiosas e organizativas que existem entre as várias experiências habilitam a pensar-se em processos autonômicos, no plural, ressaltando que, assim como o próprio movimento zapatista, não se trata de um bloco homogêneo.

No cenário aberto pelo levante zapatista, as propostas autonômicas foram expressas através de múltiplas formas e atores. As práticas autonômicas, em muitos casos, não têm sido ações premeditadas, mas expressões de resistência que encontraram no discurso autonômico um campo no qual articulam suas demandas. Um primeiro momento de emergência dessas experiências deu-se em 12 de outubro de 1994, quando o Conselho Estatal de Organizações Indígenas e Camponesas (CEOIC) de Chiapas chamou à formação de Regiões Autônomas Pluriétnicas. Em alguns casos tratou-se simplesmente do desconhecimento do triunfo eleitoral do candidato oficial e da constituição de novos Conselhos Municipais; em outros casos, a reclamação por autonomia foi utilizada como estratégia para reivindicar ao Estado a criação de novos municípios e, inclusive, em alguns outros municípios, o discurso autonômico foi reapropriado por atores governamentais para usá-lo contra os mesmos processos autonômicos (Burguete, 2002). Nesse contexto, em dezembro de 1994, o EZLN rompeu o cerco militar e constituiu 38 municípios em rebeldia que, dois anos mais tarde, passaram a se chamar Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ). Assim, os processos autonômicos acolhem uma vasta gama de atores e projetos com diversas ideias e perspectivas sobre o que deve se entender por autonomia, dando lugar, por sua vez, a tensões e disputas entre os diferentes grupos<sup>5</sup>.

Em segundo lugar, é importante sublinhar que, mais que uma sobrevivência ou volta ao passado, os processos autonômicos evidenciam, antes, a criação de novas sociabilidades e instituições que combinam elementos "tradicionais" e "modernos", que vão desde as longas discussões em assembleias comunitárias para a construção de consensos até o questionamento da exclusão das mulheres nas assembleias (Hernández *et al.*, 2002). Segue-se, assim, uma dinâmica que o antropólogo Bonfil Batalla (1987) assinalava em seu já clássico texto sobre o México pro-

fundo: os povos indígenas criam e recriam constantemente sua cultura, refletindo uma particular dinâmica de tensões e ressignificações, de continuidades e rupturas, onde, ao mesmo tempo em que reforçam seus âmbitos próprios, vão tornando próprios elementos culturais alheios<sup>6</sup>. Esta dimensão inovadora e criativa tende a ser apagada tanto pelos setores conservadores que propõem a rejeição e superação das práticas indígenas por considerá-las arcaicas e contrárias à modernidade, como por quem idealiza essas práticas vendo-as como vestígios inalterados das culturas indígenas e inerentemente democráticas. A própria experiência zapatista mostra, pelo contrário, que as práticas autonômicas e democráticas são uma construção constante, produto de lutas, aprendizagens e permanentes revisões e reinvenções.

O projeto autonômico zapatista foi sendo precisado, sobretudo, a partir das mesas de diálogo e negociação no povoado de San Andrés Sakamch'em de los Pobres<sup>7</sup>. Este processo foi importante não apenas porque terminou com a assinatura de um acordo entre o EZLN e o governo tendente a estabelecer uma nova relação entre o Estado e os povos indígenas (Díaz-Polanco, 1997), mas também porque, em lugar de discutir seu projeto particular, os zapatistas convocaram para participar dos debates dirigentes indígenas, acadêmicos e intelectuais que representavam uma diversidade de propostas de enorme riqueza sobre o tema. Deste modo, as negociações conseguiram envolver diferentes setores da sociedade e do governo, colocando a questão dos direitos, da cultura indígena e dos processos autonômicos no centro da agenda nacional (Hernández Navarro, 1998; Díaz-Polanco, 1997). Mas esse processo não se deteve aí. Apesar do não cumprimento do acordado por parte do governo, a proposta de lei elaborada pela Comissão de Concórdia e Pacificação (COCOPA)<sup>8</sup> a partir dos Acordos de San Andrés foi debatida por indígenas, intelectuais, legisladores, juristas, antropólogos, analistas, organizações sociais e especialistas em assuntos indígenas de vários países. Durante quatro anos, os zapatistas conseguiram laboriosamente construir uma forte legitimidade para as lutas indígenas pela autonomia.

Procurou-se fechar este ciclo com a Marcha pela Dignidade Indígena, no princípio de 2001, com o fim de reivindicar ao Congresso uma reforma constitucional em matéria indígena que desse cumprimento à proposta da COCOPA. A iniciativa zapatista inscreveu-se no marco da oportunidade política que pareceu abrir-se com a derrota histórica do Partido Revolucionário Institucional (PRI) nas eleições presidenciais de 2000, após exercer o poder durante 71 anos ininterruptos, para o candidato do Partido Ação Nacional (PAN), Vicente Fox. A marcha foi o ponto máximo do ciclo pelo reconhecimento legal dos direitos e

<sup>5</sup> Para mencionar só um exemplo, tem havido tensões entre as propostas autonômicas da Associação Nacional Indígena Plural pela Autonomia (ANIPA) e o movimento zapatista (Díaz-Polanco, 1997).

<sup>6</sup> A formação do EZLN e suas bases de apoio expressam estes encontros e desencontros entre diferentes atores, ideologias, lutas e processos organizativos: a teologia da libertação das comunidades eclesiais, as lutas agrárias, as cosmovisões indígenas e o marxismo-leninismo (Hernández Navarro, 2000; Harvey, 2000; Nash, 2006).

<sup>7</sup> San Andrés Larrainzar segundo a denominação oficial.

<sup>8</sup> A COCOPA foi formada, em março de 1995, por membros dos diferentes partidos com representação no Congresso no marco da Lei para o Diálogo, a Negociação e a Paz Digna em Chiapas.

da cultura indígenas. E, ao mesmo tempo, significou um ponto de inflexão para o movimento zapatista (Diez, 2009a).

Apesar do amplo processo de mobilização e apoios suscitado pela marcha, a reforma constitucional aprovada pelo Congresso no final de abril de 2001 foi contrária ao projeto da COCOPA. Inclusive, em vários aspectos significativos, foi um claro retrocesso em relação ao que existia anteriormente na Constituição e nas legislações locais, permitindo falar-se de uma contrarreforma indígena (Ceceña, 2001).

Depois da sanção da reforma constitucional, iniciou um processo interno de reestruturação e fortalecimento das comunidades indígenas e dos quadros políticos e militares do EZLN em Chiapas, ao mesmo tempo em que se realizou uma consulta entre essas bases sobre o caminho a seguir. Como resultado disso, em agosto de 2003, anunciou-se a criação dos Caracóis e das Juntas de Bom Governo (JBG), dando-se um passo a mais na construção de autonomia na prática. Os Caracóis são as sedes das JBG, criadas como novas instâncias de coordenação regional e lugares de encontro das comunidades zapatistas e as organizações populares e pessoas do resto do México e do mundo. Sobre a base dos MAREZ foram estabelecidas cinco regiões que são coordenadas cada uma por uma Junta<sup>9</sup>.

As JBG surgem da aprendizagem realizada ao longo dos anos e tentam superar alguns problemas que surgiram no processo de construção das autonomias. Nos anos anteriores, tinham-se evidenciado diferenças entre as diversas comunidades indígenas zapatistas, especialmente no contato e apoio dos diversos grupos e organizações nacionais e internacionais. O apoio tinha-se concentrado principalmente nas comunidades e regiões de mais fácil acesso (Ornelas, 2004). Por isso, uma das funções principais das JBG é estabelecer melhores espaços de coordenação entre as comunidades zapatistas e outras organizações com o fim de melhorar a distribuição das contribuições e projetos, levando em conta as necessidades da cada município e estabelecendo um plano mais amplo.

Enquanto para alguns analistas as JBG implicaram uma centralização de poderes e uma consequente perda de autonomia por parte das comunidades (Estrada Saavedra, 2007), cabe assinalar que as JBG cumprem uma tarefa de coordenação e são as assembleias comunitárias que discutem e finalmente aprovam ou não as iniciativas. Por sua vez, assim como os MAREZ, as Juntas são eleitas por essas assembleias e estão sujeitas a mecanismos de vigilância, como a revogação do mandato (Ornelas, 2004).

Por sua vez, com as JBG foram introduzidas mudanças tendentes a ampliar os benefícios da autonomia a todos os membros

da comunidade sem distinção de filiação política, a fim de tentar reduzir as confrontações que ocorrem entre comunidades zapatistas e não zapatistas. Esta questão é sumamente complexa, já que os municípios autônomos zapatistas não abarcam territórios contínuos nem têm delimitações claras, fazendo com que no mesmo espaço geográfico operem municípios oficiais e autônomos. Isto dá lugar a situações sumamente diversas: de grande tensão e confronto em alguns casos, mas também de convivência e cooperação em outros (Van der Haar, 2005). A situação é realmente complexa já que, em alguns casos, os conflitos ocorrem no interior de uma mesma comunidade onde coexistem zapatistas e não zapatistas, geralmente ex-zapatistas. O projeto autonômico procura, assim, ampliar seu alcance, não apenas para ganhar maior legitimidade, mas para ir construindo acordos com outros atores locais<sup>10</sup> e extralocais que permitam enfrentar as variadas estratégias governamentais – através do investimento em estradas e infraestrutura, bem como em subsídios, créditos e planos de moradia – e a permanente ação militar e paramilitar que visa justamente fomentar as polarizações inter e intracomunitárias. Assim, o repto do projeto autonômico é reconstruir o tecido social regional rasgado pelos longos anos do conflito e ação contrainsurgente (Burguete, 2005).

Através destes esforços, os zapatistas tentam pôr em prática seu projeto democrático, sob o lema de *mandar obedecendo*. Tal noção implica uma dinâmica sociocultural que transcende os estreitos limites da democracia representativa e eleitoral (entrevista com Carlos Lenkersdorf, Cidade de México, setembro 2007). Não se trata simplesmente de inverter as relações de representação, onde o povo mande e o governo obedeça, mas procura-se transformar as relações em todas suas dimensões. Nesse sentido, junto com a construção de formas de autogoverno, avançou-se na prestação da justiça e na criação de coletivos produtivos, culturais, de saúde e de educação próprios que permitem melhorar as condições de vida das comunidades. São os processos autonômicos que têm permitido às comunidades sobreviver em condições de perseguição e assédio, se constituindo nos suportes materiais para a resistência; e, inclusive, ir além da pura resistência e se transformar em referências político-práticas (subcomandante Marcos *in* Muñoz Ramírez, 2004). Contudo, o desafio é construir, nas práticas quotidianas, sociabilidades e instituições de novo tipo, práticas e formas de funcionamento que possam ser problematizadas, controladas, revisadas e modificadas, como evidenciou o próprio processo autonômico zapatista<sup>11</sup>. Trata-se de construir formas prefigurativas, práticas que vão transformando

<sup>9</sup> A partir das novas instâncias, as estruturas políticas zapatistas estão organizadas de maneira tal que a construção de autonomia abarca três níveis: 1.111 comunidades indígenas, que se agrupam em 29 MAREZ, os quais, por sua vez, são coordenados através de cinco JBG (Martínez Espinoza, 2007). O número de comunidades e municípios varia segundo as fontes e os períodos. A situação de clandestinidade do EZLN, a guerra e, inclusive, a própria dinâmica do movimento zapatista fazem com que a informação seja difícil de precisar.

<sup>10</sup> As relações e acordos entre os zapatistas e outras organizações chiapanecas caracterizam-se geralmente pelo respeito mútuo de suas autonomias, tentando não se intrometer nos assuntos do outro. Estes acordos são possíveis já que em muitos casos os envolvidos compartilharam, em outros momentos, os mesmos processos organizativos ou projetos de luta (Estrada Saavedra, 2007).

<sup>11</sup> Brancaleone (2009) ressalta a discussão e reelaboração dos princípios e leis zapatistas, mencionando, por exemplo, o processo que as comunidades na zona do Caracol da Garrucha estavam levando adiante, em 2008, para formular uma lei de educação e um novo estatuto sobre a ocupação de terras recuperadas em 1994.

aqui e agora as relações de dominação existentes e, portanto, tendam a não (re)produzir relações sociais contrárias às que os zapatistas dizem defender (Adamovsky, 2009).

Por isso, as JBG também propõem a necessária superação de uma das maiores tensões dentro do movimento zapatista, ao procurar a separação da estrutura militar do EZLN em relação à tomada de decisões que cabe às próprias comunidades. Segundo disposições adotadas pelos próprios zapatistas, o EZLN não deve influir nas decisões comunitárias e só pode participar delas como defensor frente aos possíveis ataques. Esta disposição agrega uma dimensão fundamental à perspectiva dos processos autonômicos: a autonomia das decisões tomadas pelas assembleias comunitárias em relação ao EZLN. Desta maneira, procura-se resolver a persistente tensão que vem da própria origem do movimento zapatista ao constituir um exército – isto é, uma organização hierárquica, não democrática – cujo objetivo principal é a democratização das relações sociais. O certo é que, como os próprios zapatistas reconhecem, “isso é fácil de dizer, mas na prática custa muito” (EZLN, Sexta Declaração, 2005), já que *de facto* a parte militar ainda tem um papel importante na tomada de decisões.

Às tensões internas se adicionam dificuldades dadas pelas condições particulares em Chiapas. De fato, um dos obstáculos externos mais relevantes que os zapatistas enfrentam para o desaparecimento do EZLN como exército é o contexto de militarização e assédio para com as comunidades que existe desde o levante e que tem recrudescido nos últimos tempos, a partir da política de guerra contra o narcotráfico lançada pelo governo Calderón.

Esta situação evidencia que a realização do projeto zapatista depende de uma multiplicidade de fatores, não todos ao alcance dos zapatistas. Díaz-Polanco sustenta que a importância das JBG radica “em que transcendem ou podem transcender a particular realidade chiapaneca” (Díaz-Polanco, 2006, p. 46). Visto assim, o processo autonômico zapatista bem pode ser entendido não como um modelo a copiar, mas como um horizonte a construir pensando e recriando os processos autonômicos nas condições específicas dos diferentes grupos, coletivos e pessoas. Para este autor, a criação de instâncias autonômicas em nível regional é a expressão mais clara de que as autonomias não podem ser concebidas como pequenas entidades isoladas, mas que é necessário articular e coordenar tais esforços através de um grande movimento político, social e cultural para avançar na construção de um projeto democrático para setores cada vez mais amplos da sociedade.

Portanto, convém analisar o processo autonômico das comunidades indígenas no marco do projeto mais amplo do movimento zapatista e em sua necessária articulação com outros grupos, organizações e iniciativas.

## A outra campanha e os desafios de outras autonomias

Após quatro anos sem iniciativas a nível nacional, em junho de 2005, o EZLN lançou a Sexta Declaração na qual convocou à realização de uma série de encontros com diferentes setores da sociedade mexicana no marco de uma campanha nacional com outra forma de fazer política, por um programa nacional de luta de esquerda e por uma nova Constituição, mais conhecida como a *outra campanha*. Esta nova iniciativa voltou a desencadear debates acalorados sobre as estratégias e a autonomia em relação ao Estado e ao sistema político (Wallerstein, 2006; González Casanova, 2006).

A questão da autonomia em relação ao Estado e aos partidos políticos apareceu antes – e bem mais claramente definida – no discurso zapatista que a construção de autonomia nas comunidades indígenas. Desde um primeiro momento, o EZLN propôs que seu projeto não estava voltado à tomada do poder nem à participação política em eleições. Este tema, assim como as experiências autonômicas nas comunidades, também retomou lutas e debates prévios.

Desde finais da década de cinquenta e, especialmente, durante a de sessenta, com as lutas dos ferroviários e dos professores, começou-se a perfilar com força a necessidade de conseguir a independência das organizações populares em relação ao Estado. Esta proposta correspondia a uma singular configuração política cujas raízes remontam ao processo revolucionário de 1910. Com a criação do Partido Nacional Revolucionário (PNR)<sup>12</sup> e, sobretudo, sob o governo de Lázaro Cárdenas, a grande maioria das organizações operárias, camponesas e populares ficaram integradas corporativamente à estrutura de controle do partido de Estado. Foi arraigando-se, assim, uma centralidade estatal na constituição da sociedade e da cultura política (Zermeño, 2001). Por isso, a questão da independência se tornou decisiva. O movimento estudantil de 1968 pôs em primeiríssimo plano a questão da independência das organizações populares. No entanto, a partir da feroz repressão contra esse movimento em Tlatelolco e das perseguições a outros grupos, os debates se deslocaram da independência para a construção de formas de funcionamento próprias, a partir dos próprios setores populares sem intervenção externa; isto é, começou-se a pensar em termos de autonomia (Hernández Navarro, 2005).

Recuperando estes antecedentes, desde o início, grande parte da produção discursiva zapatista esteve centrada na crítica contra o regime de partido de Estado, advertindo que este não apenas se limitava ao exercício autoritário do poder, mas se

<sup>12</sup> O partido foi criado em março de 1929 como uma tentativa de Plutarco Elías Calles de tentar canalizar institucionalmente os conflitos entre os *caudillos* e seus exércitos surgidos das lutas revolucionárias. Em 1938, durante o governo de Cárdenas, foi reformulado sobre a base de uma estrutura corporativa – sustentada nos pilares operário, camponês, militar e, anos depois, no setor popular – e tomou o nome de Partido da Revolução Mexicana (PRM). Finalmente, e sem o pilar militar em sua estrutura, o partido passou a se denominar Partido Revolucionário Institucional (PRI) em 1946, denominação que mantém até hoje.



estendia a toda uma complexa trama de relações que, ao longo dos anos, tinha penetrado em todas as dimensões da vida social. Como assinala muito claramente o subcomandante Marcos em um documento de 1995:

*O sistema político mexicano tem seu fundamento histórico, sua crise presente e seu mortal futuro nessa deformação chamada sistema de partido de Estado. Não se trata apenas de uma união entre o governo e o partido de Estado (o Partido Revolucionário Institucional), mas todo um sistema de relações políticas, econômicas e sociais que invadem, inclusive, as organizações políticas opositoras e a chamada "sociedade civil". [...] qualquer tentativa de reforma ou "equilíbrio" desta deformação é impossível a partir de dentro do sistema de partido de Estado. Não há mudança sem ruptura. É necessária uma mudança profunda, radical, de todas as relações sociais no México de hoje. É necessária uma revolução, uma nova revolução. Esta revolução só será possível a partir de fora do sistema de partido de Estado (EZLN, "A história dos espelhos", maio de 1995, ênfase no original).*

Por isso, o projeto político zapatista visava a uma profunda mudança na cultura política mexicana através de novas subjetividades e formas de fazer política. Contudo, parece que os zapatistas não seguiram totalmente esta caracterização do particular contexto mexicano nem as suas consequências. De fato, parece que não conseguiram resistir totalmente a essa "forte atração para o vértice da pirâmide" que, segundo Zermeño (2001), caracteriza a cultura política mexicana, e desde um primeiro momento reivindicaram que os Poderes Legislativo e Judicial "se esforcem para restaurar a legalidade e a estabilidade da Nação depondo o ditador [Salinas de Gortari]" (EZLN, Declaração da Selva Lacandona, 1993), estabeleceram negociações com o governo nos Diálogos da Catedral e nos Acordos de San Andrés e fizeram aproximações com partidos políticos, especialmente com o Partido da Revolução Democrática (PRD). As iniciativas zapatistas procuraram, assim, tanto apelar às instituições para buscar uma solução para suas demandas – na Primeira e Quinta Declaração – como construir uma alternativa *a partir de baixo*, na sociedade – como convocaram na Segunda, Terceira e Quarta Declaração. A partir do desenlace da Marcha pela Dignidade Indígena e, sobretudo, com a Sexta Declaração, pretendeu-se resolver a disjuntiva. A decisão recaiu claramente na segunda estratégia. A luta zapatista já não se orienta para o sistema político e as instituições, mas enfatiza a necessidade de pensar a mudança a nível das práticas sociais e das subjetividades, com o fim de construir um projeto alternativo entre as diferentes pessoas e grupos que resistem ao capitalismo.

Apesar da rejeição à participação política em eleições, isto não impediu que se concebesse, durante os primeiros anos,

uma noção de autonomia que permitia estabelecer espaços de diálogo e iniciativas com partidos políticos, em particular com o PRD. No marco dos Diálogos da Catedral e da Convenção Nacional Democrática (CND) em 1994, estabeleceram-se acordos entre o EZLN e o PRD, onde ambas as forças concordaram em lutar, cada uma em seu espaço e respeitando sua autonomia, pela mesma causa: a democratização do México<sup>13</sup>.

No entanto, a sanção da reforma constitucional de 2001 – aprovada com votos dos três principais partidos políticos (PRI, PAN e PRD), ratificada pelos Congressos locais e, finalmente, não vetada pelo Poder Executivo ou pela Suprema Corte – foi interpretada pelo movimento zapatista como o fechamento da via institucional e, portanto, significou a ruptura com o sistema político em seu conjunto. Segundo o filósofo Luis Villoro, a sanção da reforma constitucional em 2001 abriu a possibilidade de propor que se os povos indígenas não são sujeitos de direitos, não fazem parte da comunidade política e, portanto, também não fazem parte da democracia representativa<sup>14</sup>. Daí a nova ênfase na posição zapatista de não dar importância às eleições, aos partidos políticos e ao governo que foi ratificada com o lançamento da Sexta Declaração e a *outra campanha*.

Apesar das leituras abstencionistas ou antieleitorais, o que os zapatistas propõem a partir da Sexta Declaração é que já não vão propor nem promover negociações com a classe política ou o apoio a alguma candidatura (EZLN, "Reunião preparatória com organizações políticas de esquerda", 6 agosto 2005). Não se trata de uma conclamação a não votar, mas uma proposta de que a tarefa fundamental neste período é o encontro e conhecimento dos diferentes grupos, coletivos e pessoas que lutam contra o capitalismo, entre os quais se devem ir discutindo, coordenando e articulando iniciativas. Portanto, mais que uma posição antipolítica, como muitos criticam, o movimento zapatista parece procurar desafiar a noção dominante de política, revestindo-a de novos sentidos (cf. Melucci, 1999; Álvarez *et al.*, 2000).

Mas a nova fase zapatista não deixou de gerar fortes polêmicas. Com a contundência das denúncias contra o PRD e seu candidato presidencial, López Obrador, os zapatistas polarizaram a opinião de dirigentes, militantes e intelectuais de esquerda. Muitos que antes apoiavam e até militavam pelo zapatismo sentiram a pressão de ter que escolher e acabaram se afastando do movimento. Na percepção de muitos mexicanos, a luta eleitoral de 2006 adquiriu um atrativo inusitado na política mexicana, já que se constituiu como a disputa entre dois projetos opostos de país representados pelas candidaturas de López Obrador e Calderón. Nesse contexto, a proposta zapatista gerou múltiplas críticas e polêmicas, não isentas de distorções (López y Rivas, 2006), causando a ruptura de alguns adeptos da *outra campanha*, assim como de boa parte da intelectualidade.

<sup>13</sup> O PRD tinha, nessa época, vários pontos de contato com o zapatismo, já que se encontrava excluído do sistema e em forte confrontação com o regime do PRI (Pineda, 2005). Essa situação começou a se modificar com a reforma política de 1996 e os importantes triunfos eleitorais do PRD no ano seguinte. Para uma maior análise dos encontros e desencontros entre o EZLN e o PRD, veja-se Diez (2009b).

<sup>14</sup> Participação em "El Otro Seminario", Querétaro, 8 de setembro de 2007.

Uma vez mais, como em outros momentos da história zapatista, pôs-se em evidência que as diferenças de posição a respeito das eleições e do Estado são um dos principais obstáculos para a articulação com outras organizações populares mexicanas (Pérez Ruiz, 2006). Não obstante, esta situação não é privativa do movimento zapatista. No México, as estratégias relativas ao Estado e à participação em eleições geralmente levam à ruptura dos processos organizativos dos setores populares (Zermeño, 2001).

Os participantes da *outra campanha* reconhecem que é difícil fazer entender por que não se deve seguir a estratégia de luta através do Estado e das eleições. Muitas pessoas colocam suas esperanças em algum candidato ou partido que gere mudanças mais rápidas a partir do Estado, enquanto as transformações que o movimento zapatista propõe são vistas como no mais longo prazo. Para além dos debates e críticas que possam ser feitas, não se pode deixar de considerar que uma parte significativa de pessoas e organizações continua vendo o Estado como um interlocutor privilegiado e um ator central dentro das estratégias de mudança. Estas visões são reforçadas ainda mais dentro da cultura política fortemente estatal e paternalista interiorizada profundamente na maioria dos mexicanos.

Quiçá a solução resida em não traçar uma linha divisória totalmente rígida. Nessa mesma direção, são pertinentes as palavras de Holloway quando propõe:

*A ideia não é criar uma nova linha correta. Justamente porque o movimento é amplo e porque todos estamos confundidos (qualquer que seja nosso grau de pureza ideológica), é importante discutir claramente. O fato de que aqueles que canalizam suas lutas para o Estado coincidam com quem recusa o Estado como ponto central de referência não deveria inibir-nos de expressar claramente que deveríamos estar conscientes de que há uma enorme tensão entre ambos os enfoques e que estes empurram para direções opostas (Holloway, 2006, p. 26).*

Justamente esse tipo de discussões e tensões é que gerou o processo da *outra campanha*. A posição zapatista proposta na Sexta Declaração frente às eleições e à classe política tem levado para dentro das organizações, e entre os diferentes coletivos, a discussão sobre as diferentes estratégias assim como as lógicas subjacentes a elas<sup>15</sup>. Estes debates constituem uma crucial contribuição para as lutas ao tentar problematizar e aguçar a compreensão dos processos sociopolíticos atuais e suas perspectivas. A questão das estratégias e do poder é um campo de confrontação extremamente sensível, dadas as suas consequências políticas. Portanto, é preciso ir definindo as posições e promovendo a necessária polêmica.

A *outra campanha* também pôs em evidência outras dificuldades. É interessante deter-se na questão da relação e autonomia entre o EZLN e os demais coletivos e pessoas que participam do processo. Para alguns analistas, com a nova iniciativa, existe o risco de que o EZLN termine controlando demasiadamente o processo, impondo – inclusive involuntariamente – suas próprias concepções e tempos aos outros grupos e organizações. Mesmo, quando já várias das iniciativas zapatistas tendentes a constituir uma força social autônoma no passado dependeram em demasia de seu impulso e diretrizes (Bellinghausen, 2005; Bartra, 2005). De fato, a atual etapa não esteve livre de práticas verticalistas – próprias da cultura política mexicana cimentada durante as longas décadas de partido de Estado – tanto por parte do EZLN como de outras organizações da *outra campanha*.

O problema é que essa dependência das palavras e ações do EZLN, em muitos casos, não é gerada pelos zapatistas, mas encontra-se arraigada nos demais. É sumamente ilustrativa a pergunta que a pesquisadora e militante Raquel Gutiérrez fazia, em 2005, antes que começasse o percurso da *outra campanha*:

*O EZLN sabe os passos que quer dar no marco da outra campanha e me parecem lúcidos e úteis. A saída do Subcomandante Insurgente Marcos em janeiro próximo e seu percurso por todo o território mexicano, visitando aqueles que estão em resistência e luta para escutá-los e falar com eles é uma excelente ideia... Que fazemos no entretanto os demais adeptos à Sexta e à Outra Campanha? (Gutiérrez, 2005, p. 324).*

Com matizes ou outras palavras, essa pergunta se refletiu em vários dos comentários e discussões durante a *outra campanha*. Por exemplo, nas discussões surgidas em "El Otro Seminario"<sup>16</sup> algumas pessoas comentavam que estavam esperando o que os zapatistas iriam propor no Plano Nacional de Luta, quando esse plano deve ser produto do debate e construção coletivos de todos.

Outra das tensões que evidenciam mais claramente o processo atual é que vários dos elementos do projeto zapatista quiçá "são boas propostas no plano discursivo, mas custa levar à prática e à construção concreta"<sup>17</sup>. Nessa mesma direção, ao mesmo tempo em que os participantes da *outra campanha* propõem a necessidade de contar com processos organizativos horizontais e respeitosos da autonomia dos diferentes grupos e suas lutas, que permitam coordenar e impulsionar ações concretas conjuntas, reconhecem que o "problema não é o dizer, mas o fazer e construir os métodos para isso" (Jóvenes en Resistencia Alternativa, 2007).

A *outra campanha* fomentou uma redefinição do trabalho de muitos grupos, potenciando-o, ao abrir um espaço de

<sup>15</sup> Entrevista com David, Cidade de México, 12 de setembro de 2007.

<sup>16</sup> Trata-se de uma iniciativa do coletivo Jóvenes en Resistencia Alternativa, junto com outras organizações, como espaço de formação, reflexão, debate, capacitação e intercâmbio no marco da *outra campanha*.

<sup>17</sup> Intervenção de um participante em "El Otro Seminario", Querétaro, 9 de setembro de 2007.



comunicação, conhecimento, intercâmbio e articulação com outras experiências e organizações em todo o país, muitas das quais eram pouco ou praticamente nada conhecidas anteriormente<sup>18</sup>. Aproveitando a legitimidade e subsequente convocação do EZLN, a *outra campanha* deu um significativo impulso para a convergência e a formação de redes entre os diversos grupos e organizações, que teriam sido bem mais difíceis de promover a partir desses mesmos grupos separadamente. A imagem de ponte tão recorrente no discurso zapatista apareceu novamente como metáfora para pensar a fase atual: "O EZLN pode ser a ponte interna, já não para que o resto do país ou do mundo conheça as comunidades indígenas, mas para que o resto do país ou do mundo conheça a si mesmo, abaixo, onde se encontram" (subcomandante Marcos, 2007, p. 70). Conquanto a nível nacional ainda não se conte com uma estrutura organizativa forte entre as organizações e pessoas da *outra campanha*, em âmbitos mais reduzidos, alguns grupos têm atravessado a ponte, encontrando-se, organizando atividades e projetos conjuntos e gerando espaços de reflexão, inclusive sem a presença ou iniciativa direta do EZLN.

Embora os zapatistas tenham lançado a iniciativa, a dinâmica vai para além deles, a partir do esforço – muitas vezes silencioso – de todos os grupos e pessoas que aderiram à Sexta Declaração e participam do processo. Talvez um dos maiores pontos fortes da *outra campanha* seja a ênfase dada ao trabalho, com ou sem os zapatistas, "em nível local, com nossos próprios meios. Sobre tudo avaliar-nos, criticar-nos, olhar-nos no espelho e perguntar-nos o que somos, o que sabemos fazer, o que estamos fazendo, o que conseguimos fazer, o que podemos fazer mais adiante, fixar objetivos, pois" (Rojo, 2006). Este é trabalho que, embora esteja ancorado no âmbito local, tem que ser pensado e desenvolvido de modo articulado com o resto do movimento zapatista.

## Alguns desafios da luta zapatista

A etapa atual do movimento zapatista, a partir das propostas autonômicas nas comunidades em Chiapas e do processo da *outra campanha*, propõe uma série de debates, problemáticas e transformações sumamente significativas para pensar o próprio zapatismo, mas também pode servir de exercício para refletir sobre outras lutas e realidades.

As novas iniciativas procuram resolver algumas tensões do projeto político zapatista, mostrando mais claramente um distanciamento do modelo tradicional de organização política, ao deslocar as lutas dirigidas ao Estado e ao sistema político para formas de ação concernentes à vida quotidiana e que visam

modificar matrizes culturais, formas de sociabilidade e modos de pensar e fazer política. Em um contexto como o mexicano, marcado por uma cultura política profundamente paternalista, hierárquica e estatal, a emergência de propostas e práticas que procuram a construção de autonomia, horizontalidade e multiplicidade representa uma importante mudança cultural.

Da crítica do Estado, foi-se avançando e aprofundando na construção de relações sociais, formas de funcionamento e instituições que tentam romper com o monopólio e a centralidade estatal na (re)organização da sociedade. Isto não implica negar ou desconhecer a relevância do Estado. Esse tipo de leituras, mais que resolver os dilemas implicados em torno da questão estatal, pode correr o risco de ignorar e, portanto, não perceber e confrontar as múltiplas estratégias e recursos que o Estado tem para desarticular os processos organizativos. Pelo contrário, trata-se de pôr no centro do debate as relações, tensões e resistências em relação ao Estado. De fato, o próprio movimento zapatista evidencia, em seu interior, uma heterogeneidade de posições em relação a essa questão: desde as comunidades zapatistas em Chiapas que sustentam o princípio de não aceitar nenhum apoio de parte das diferentes agências estatais<sup>19</sup>, até grupos, coletivos e organizações – geralmente urbanos – que fazem parte do movimento e reconhecem que, em alguns casos, têm relação com o Estado, através de subsídios, programas sociais ou reconhecimento legal. O processo autonômico construído nas comunidades chiapanecas não é facilmente trasladável aos espaços urbanos, onde ainda continua sendo uma pergunta em aberto, já que é sumamente complexo construí-lo totalmente por fora do Estado<sup>20</sup>.

Outro ponto levantado pela Sexta Declaração e a *outra campanha* é a consolidação da própria força, ressaltando a necessidade de romper a fragmentação e o isolamento das diversas lutas e grupos, inclusive do próprio EZLN e das experiências autonômicas em Chiapas, que correm o risco de ser cercados pela repressão militar e paramilitar. Como foi reconhecido pelos zapatistas reiteradas vezes durante a *outra campanha*: "Não podemos sozinhos". Daí a convocação a juntar-se com outros grupos, organizações e pessoas. Mas não se trata apenas de unir forças, e sim, ademais, de se complementar, aprender dos outros e das diversas experiências. O escopo é poder ir superando tensões que, muitas vezes, não podem ser resolvidas a partir da lógica interna e, assim, avançar em suas próprias lutas a partir da relação com outros.

O desafio, por certo complexo, é como efetivamente acompanhar, articular e complementar, como parte da resistência e da construção de alternativas, os múltiplos projetos concretos que, em cada situação particular, se opõem às relações de dominação existentes. Nesta questão reside, talvez, um dos

<sup>18</sup> Entrevista com o coletivo Jóvenes en Resistencia Alternativa, Cidade de México, setembro de 2007.

<sup>19</sup> Ainda que, como assinalado, as comunidades indígenas zapatistas também não estejam totalmente à margem do Estado, com situações que vão do confronto, em alguns casos, à convivência, em outros.

<sup>20</sup> Vários participantes de "El Otro Seminario", Querétaro, setembro de 2007.

maiores desafios que o movimento zapatista enfrenta atualmente, justamente ao tentar levar à prática seu projeto político. Como advertem os próprios zapatistas na Sexta Declaração e outros coletivos e pessoas na *outra campanha*, o problema não é dizer, mas fazer, dar vida ao projeto político zapatista nas práticas e construções concretas.

Outro dos desafios que enfrenta não apenas o movimento zapatista, mas toda luta que procure uma mudança profunda através da construção de autonomia, é tornar visíveis e contrabalançar as relações de poder geradas continuamente nas interações sociais, inclusive no interior dos próprios movimentos e organizações populares. A partir desta perspectiva, o processo deve ser concebido como uma construção permanente para transformar as relações de dependência e subordinação nas quais nos encontramos imersos e que, com frequência, (re) produzimos, ainda que inconscientemente. Em consequência, é imprescindível refletir, revisar e criticar as próprias práticas, como evidencia a experiência zapatista e como foi a intenção do presente artigo.

## Referências

- ADAMOVSKY, E. 2009. Problemas de la política autónoma: pensando el pasaje de lo social a lo político. In: R. HOETMER (coord.), *Repensar la política desde América Latina: cultura, Estado y movimientos sociales*. Lima, Universidad Nacional Mayor de San Marco/Programa Democracia y Transformación Global, p. 345-371.
- ÁLVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. 2000. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: S. ALVAREZ; E. DAGNINO; A. ESCOBAR (orgs.), *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte, Editora UFMG, p. 15-57.
- BARTRA, A. 2005. Dilemas históricos y actuales de las luchas populares en México. In: COLECTIVO SITUACIONES, *Bienvenidos a la Selva: diálogos a partir de la Sexta Declaración del EZLN*. Buenos Aires, Tinta Limón, p. 139-179.
- BELLINGHAUSEN, H. 2005. La lenta digestión de la palabra zapatista. In: COLECTIVO SITUACIONES, *Bienvenidos a la Selva: diálogos a partir de la Sexta Declaración del EZLN*. Buenos Aires, Tinta Limón, p. 243-251.
- BONFIL BATALLA, G. 1987. *México profundo: una civilización negada*. México, Grijalbo, 250 p.
- BRANCALEONE, C. 2009. A experiência de autogoverno zapatista em questão. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, XXVII, Buenos Aires, 2009. *Anais...* Buenos Aires.
- BURGUETE, A. 2005. Una década de autonomías de facto en Chiapas (1994-2004): los límites. In: P. DÁVALOS (coord.), *Pueblos indígenas, estado y democracia*. Buenos Aires, CLACSO, p. 239-278.
- BURGUETE, A. 2002. Procesos de autonomía de facto en Chiapas: nuevas jurisdicciones y gobiernos paralelos en rebeldía. In: R. HERNÁNDEZ; S. MATTIACE; J. RUS (eds.), *Tierra, libertad y autonomía: impactos regionales del zapatismo en Chiapas*. México, CIESAS, p. 269-317.
- CECEÑA, A.E. 2001. El dictamen del Senado, a favor del Plan Puebla Panamá y no de los derechos indígenas. Disponível em: <http://www.ezln.org>. Acesso em: 28/08/2001.
- DE LA ROSA, I. 2006. ¿Qué es el zapatismo? La construcción de un imaginario rebelde (1994-2001). *El Cotidiano*, 21(137):7-17.
- DÍAZ-POLANCO, H. 2006. Caracoles: la autonomía regional zapatista. *El Cotidiano*, 21(137):44-51.
- DÍAZ-POLANCO, H. 1997. *La rebelión zapatista y la autonomía*. México, Siglo XXI Editores, 243 p.
- DIEZ, J. 2011. El zapatismo es un verbo que se escribe en gerundio: las rearticulaciones e interacciones al interior del movimiento zapatista. *A Contracorriente*, 8(2):34-61.
- DIEZ, J. 2009a. *Una revolución que haga posible la revolución: las transformaciones del proyecto político zapatista a partir de la Sexta Declaración*. La Plata, Ediciones Al Margen, 153 p.
- DIEZ, J. 2009b. Dilemas y desafíos de la nueva fase del movimiento zapatista. *Intersticios*, 3(1):123-136.
- ENLACE ZAPATISTA (s.d.). Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx>. Acesso em: 15/10/2007.
- ESTRADA SAAVEDRA, M. 2007. *La comunidad armada rebelde y el EZLN: un estudio histórico y sociológico sobre las bases de apoyo zapatistas en Las Cañadas tojolabales de la Selva Lacandona (1930-2005)*. México, El Colegio de México, 623 p.
- GONZÁLEZ CASANOVA, P. 2006. El zapatismo y el problema de lo nuevo en la historia. *Contrahistorias*, 6:31-40.
- GUTIÉRREZ, R. 2005. Tres interrogantes sobre la Sexta y la Otra Campaña. In: COLECTIVO SITUACIONES, *Bienvenidos a la Selva. Diálogos a partir de la Sexta Declaración del EZLN*. Buenos Aires, Tinta Limón, p. 321-325.
- HARVEY, N. 2000. *La rebelión de Chiapas: la lucha por la tierra y la democracia*. México, Ediciones Era, 301 p.
- HERNÁNDEZ, R.; MATTIACE, S.; RUS, J. (eds.). 2002. *Tierra, libertad y autonomía: impactos regionales del zapatismo en Chiapas*. México, CIESAS, 442 p.
- HERNÁNDEZ NAVARRO, L. 2005. Zapatismo: entre el Estado y la autonomía. In: COLECTIVO SITUACIONES, *Bienvenidos a la selva: diálogos a partir de la Sexta Declaración del EZLN*. Buenos Aires, Tinta Limón, p. 113-137.
- HERNÁNDEZ NAVARRO, L. 2000. Zapatismo: la interacción del color. *El Cotidiano*, 16(100):58-70.
- HERNÁNDEZ NAVARRO, L. 1998. Ciudadanos iguales, ciudadanos diferentes. In: L. HERNÁNDEZ NAVARRO; R. VERA HERRERA (eds.), *Acuerdos de San Andrés*. México, Ediciones Era, p. 15-32.
- HOLLOWAY, J. 2006. *Contra y más allá del capital*. Buenos Aires, Ediciones Herramienta, 175 p.
- JOVENES EN RESISTENCIA ALTERNATIVA. 2007. Sobre la estructura de la otra campaña en el DF. In: JORNADAS POR LA LIBERTAD DE LAS Y LOS PRESOS POLÍTICOS, Cidade do México. *Anais...* Cidade do México.
- LE BOT, Y. 1997. *O sonho zapatista*. Lisboa, Edições Asa, 216 p.
- LEYVA, X. 1999. De las Cañadas a Europa: niveles, actores y discursos del nuevo movimiento zapatista (1994-1997). *Desacatos*, 1:56-87.
- LEYVA, X.; SONNLEITNER, W. 2000. ¿Qué es el neozapatismo? *Espiral*, 6(17):141-160.
- LOPEZ Y RIVAS, G. 2006. Imágenes distorsionadas de la otra campaña. *La Jornada*. Cidade do México, 30 jun.
- MARTINEZ ESPINOZA, M. 2007. Democracia en rebeldía: las Juntas de Buen Gobierno del movimiento zapatista. In: CONGRESSO EUROPEU CEISAL DO LATINO-AMERICANISTAS, V, Bruxelas, 2007. *Anais...* Bruxelas.
- MELUCCI, A. 1999. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. México, El Colegio de México, 260 p.
- MUÑOZ RAMÍREZ, G. 2004. *EZLN: el fuego y la palabra*. Buenos Aires, Tinta Limón, 368 p.
- NASH, J. 2006. *Visiones mayas: el problema de la autonomía en la era de la globalización*. Buenos Aires, Antropofagia, 352 p.
- ORNELAS, R. 2004. A autonomia como eixo da resistência zapatista: do levantamento armado ao nascimento dos Caracoles. In: A.E. CECEÑA (comp.), *Hegemonias e emancipações no século XXI*. São Paulo, CLAC-SO, p. 129-167.

- PÉREZ RUIZ, M. 2006. El EZLN y el retorno a su propuesta radical. *Cultura y representaciones sociales*, 1(1):33-65.
- PINEDA, E. 2005. Tres bifurcaciones para entender al zapatismo. *Nuestra América*. Disponível em: <http://www.nuestraamerica.org/article/tres-bifurcaciones-para-entender-al-zapatismo/> Acesso em: 18/11/2007.
- PITARCH, P. Zapatistas. De la revolución a la política de la identidad. *América Latina Hoy*, 19:5-11.
- ROJO, C. 2006. ¿Qué pasa con la Otra Campaña? Disponível em: <http://zapateando2.wordpress.com/2006/08/25/%c2%bfque-pasa-con-la-otra-campana/>. Acesso em: 17/03/2008.
- ROVIRA, G. 2009. *Zapatismo sin fronteras: las redes de solidaridad con Chiapas y el altermundismo*. México, Ediciones Era, 301 p.
- ROVIRA, G. 2005. El zapatismo y la red transnacional. *Razón y Palabra*, 47(10). Disponível em: <http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n47/grovira.html> Acesso em: 22/02/2008.
- SUBCOMANDANTE MARCOS. 2007. Balance de la otra campaña (diciembre de 2006): entrevista de Raymundo Reynoso. *Contrahistorias*, 8:57-72.
- VAN DER HAAR, G. 2005. El movimiento zapatista en Chiapas: dimensiones de su lucha. *LaborAgain*. Disponível em: <http://www.iisg.nl/laboragain/documents/vanderhaar.pdf> Acesso em: 24/10/2007.
- WALLERSTEIN, I. 2006. La Otra Campaña en perspectiva histórica. *Contrahistorias*, 6:73-78.
- ZERMEÑO, S. 2001 *La sociedad derrotada: el desorden mexicano de fin de siglo*. 3ª ed., México, Siglo XXI Editores, 241 p.

Submetido: 18/05/2012

Aceito: 05/07/2012